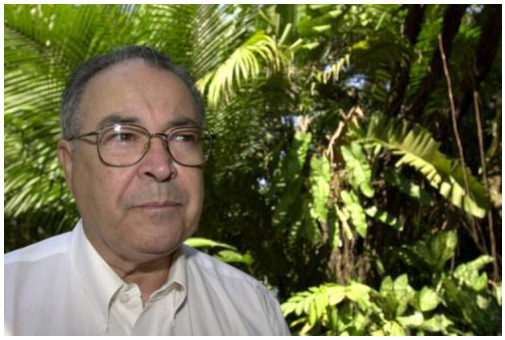
WARWICK ESTEVAM KERR

(depoimento, 1977)

Santana de Parnaíba (SP), 1922 – Ribeirão Preto (SP), 2018
Agrônomo – genética e apicultura
Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)



Entrevista

Realizada para o projeto História da Ciência no Brasil (Convênio FINEP/CPDOC-FGV, 1975–1978), coordenado por Simon Schwartzman.

Data: 20/07/1977

Local: Manaus (AM)

Entrevistadores: Márcia Bandeira de Mello Leite Ariela e Simon Schwartzman

Duração: 2 h 35 min (3 fitas cassete)

Acervo

As fitas originais estão depositadas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, que digitalizou o áudio e publicou a transcrição em 2010 (46 p.).

Citação: KERR, Warwick Estevam. Warwick Estevam Kerr (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 46 p.

Esta edição

Transcrição e revisão do CPDOC/FGV (2010), reproduzida sem alterações; esta folha de rosto substitui a original (novembro de 2026).

Acesso à gravação da entrevista

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática
entrevistador(es): Márcia Bandeira de Mello Leite Ariela; Simon Schwartzman
levantamento de dados: Patrícia Campos de Sousa
pesquisa e elaboração do roteiro: Equipe
sumário: Equipe
técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes
local: Manaus - AM - Brasil
data: 20/07/1977
duração: 2h 35min
fitas cassete: 03
páginas: 46

Entrevista realizada no contexto do projeto "História da ciência no Brasil", desenvolvido entre 1975 e 1978 e coordenado por Simon Schwartzman. O projeto resultou em 77 entrevistas com cientistas brasileiros de várias gerações, sobre sua vida profissional, a natureza da atividade científica, o ambiente científico e cultural no país e a importância e as dificuldades do trabalho científico no Brasil e no mundo. Informações sobre as entrevistas foram publicadas no catálogo "História da ciência no Brasil: acervo de depoimentos / CPDOC." Apresentação de Simon Schwartzman (Rio de Janeiro, Finep, 1984). A escolha do entrevistado se justificou por ser diretor e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

temas: Agronomia, Amazônia, Bolsa de Estudo, Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ensino Superior, Formação Profissional, Fundação Rockefeller, História da Ciência, Instituições Acadêmicas, Instituições Científicas, Metodologia de Pesquisa, Pesquisa Científica e Tecnológica, Política Científica e Tecnológica, Professores Estrangeiros, Pós - Graduação, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, Universidade de São Paulo

Sumário

A contribuição da SBPC e da Academia Brasileira de Ciências ao desenvolvimento científico nacional; a organização da FAPESP; origem familiar; os primeiros estudos e a vocação científica; o corpo docente da Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós (ESALQ); o início da pesquisa científica nessa escola: a influência de Friedrich Gustav Brieger e dos professores estrangeiros da USP; as relações da ESALQ com o Instituto Agronômico de Campinas; o estágio no laboratório de Brieger e as primeiras pesquisas sobre as abelhas do gênero Melipona; o doutoramento em genética em 1948; o curso de engenharia agronômica da ESALQ: a importância da genética; os cursos de agronomia das Faculdades de Jaboticabal, Campinas e Botucatu; a especialização com Theodosius Dobzshansky na Universidade de Colúmbia: a bolsa da Fundação Rockefeller; os estudos sobre abelhas realizados nas Universidades de Louisiana, Califórnia e Wisconsin; a colaboração de sua esposa nas pesquisas; as experiências na ESALQ e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (USP); a fundação e a atuação da FAPESP; o afastamento da direção científica da FAPESP em 1964; as linhas de pesquisa da Faculdade de Filosofia de Rio Claro: o auxílio aos apicultores; a orientação da FAPESP: o financiamento à pesquisa pura e à pesquisa aplicada; as linhas de pesquisa do Departamento de Genética da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP); a organização do programa de pós-graduação em genética dessa faculdade; o concurso para professor titular da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; o convite para dirigir o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); a organização, a equipe de pesquisadores e as linhas de pesquisa desse instituto; a revista Ata Amazônica; a atuação comunitária do INPA e suas relações com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); o programa de pós-graduação do INPA; as fases de desenvolvimento do Instituto; o acesso às revistas especializadas; o incentivo à publicação de trabalhos em revistas nacionais; a revista Ata Amazônica e a Cartilha do Amazonas; o recrutamento de pesquisadores estrangeiros pelo INPA; o Projeto Aripuanã; o aproveitamento dos pós-graduados pelo Instituto; o convênio com a Universidade Federal do Amazonas; o regime de trabalho do INPA; o problema da devastação da Amazônia e a atuação do Instituto; a participação de Warwick Kerr em sociedades científicas; a atuação da Academia de Ciências de São Paulo: o recrutamento dos acadêmicos; a formação do agrônomo no Brasil; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); a distribuição dos recursos do INPA entre os pesquisadores; os projetos interdisciplinares; a prestação de serviços à comunidade.

1ª Entrevista – Manaus, 20 de julho de 1977

M.B. – O que estamos acostumados a fazer, é tentar junto ao entrevistado, que nos dê, mais ou menos, um histórico cronológico de sua vida, para que, então, possamos ter um conjunto de questões.

W.K. – Vocês irão usar isto para histórico da ciência?

S.S. – Estamos fazendo uma história da ciência contemporânea, não da ciência do século XIX, mas uma história enfocando o problema da formação dos principais cientistas, do meio em que se formaram, das instituições que trabalharam e das dificuldades que encontraram.

W.K. – Eu acho muito importante verificarem a história de algumas instituições que contribuíram para o desenvolvimento da ciência no Brasil. Uma delas é a Universidade de São Paulo em 1936; a outra é o Inpa em 1954; o Instituto Agronômico de Campinas (não me lembro bem à época).

S.S – Ele está comemorando 90 anos de existência.

W.K. – Então é do século passado. Mas o seu grande desenvolvimento foi com o Carlos Arnaldo Krug e com o Felisberto Camargo.

Outra grande ativadora das ciências, a partir de 1948, foi a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ela fez muito mais do que a Academia Brasileira de Ciências. Não tem comparação; o que uma faz, a outra não faz. Uma reúne os jovens cientistas, os cientistas da ativa; e a outra, gente que já produziu no passado, de maneira a poder receber uma medalha no peito. São completamente diferentes: o impacto que uma criou, promovendo a união da juventude interessada em ciência e a outra que reúne pessoas que já produziram e que vão formar uma espécie de casta superior da ciência brasileira. Eu pertenço às duas; portanto, posso falar com isenção.

A contribuição da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência é muito

maior do que da Academia Brasileira de Ciências.

O Conselho Nacional de Pesquisas foi fundado, se não me engano, por volta de 1951 ou 1952, e a Fapesp, de São Paulo, que foi um wake true na ciência paulista.

Vocês são de onde?

S.S. – Somos do Rio de Janeiro. Sou formado em Minas Gerais, mas estou no Rio.

W.K. – A Fapesp foi fundada em 1962, no tempo do Carvalho Pinto e eu fui o organizador. Para organizá-la, fizemos uma viagem ao redor dos países chamados civilizados, quando vimos como era feito o amparo à ciência nos Estados Unidos, no Canadá, na Inglaterra, na França, na Suécia, na Noruega, em Israel, na Itália e em Portugal. O melhor, para as nossas condições, era feito na Noruega e em Israel.

A Fapesp tentou, na sua organização, utilizar toda esta experiência do grupo norueguês e israelita, os mais adequados à nossa situação de poucos fundos e maior produção possível. Acho que a Fapesp, apesar de ter uma verba pequena, hoje em dia de 170 milhões de cruzeiros velhos, consegue, quase por milagre, aplicar diretamente na ciência, a quase totalidade de seus recursos. Então, estas organizações não podiam ficar de fora; tinham que ser citadas.

S.S. – Vamos começar um pouco mais para trás. O senhor se formou em São Paulo?

W.K. – Nasci em 9 de setembro de 1922 em Santana de Parnaíba, no Estado de São Paulo, quarenta quilômetros de São Paulo. Vivi lá somente três anos. E fui para Rasgão, um bairro de Pirapora de Bom Jesus, 21 km de Santana de Parnaíba, também descendo o rio Tietê.

Em 1931, ingressei na escola mista de Pirapora. Fui alfabetizado por minha mãe, em 1930, numa cartilha que ela comprou, chamada Cartilha das Mães.
Em 1932, por causa das mudanças provindas da Revolução Constitucionalista

de São Paulo, mudou muito o ensino da região; ficou muito ruim. Então, meu pai preocupado com a burrice das professoras, começou a pensar numa escolinha particular que tivesse um professor um pouco melhor.

S.S. – Qual a formação de seu pai?

W.K. – Ele fez até o sétimo ano da Escola Barnabé, de Santos, considerada a melhor escola daquele tempo. (Do sétimo ano, naquela época, podia-se passar para Engenharia. Não tinha o curso secundário que temos hoje). Nesse meio tempo, morre o meu avô, e como não havia aposentadoria, a família sofreu um empobrecimento imediato e todos tiveram que trabalhar.

S.S. – Qual era a atividade de seu pai?

W.K. – Eletricista. Ele era chefe da Usina de Rasgão. Sujeito muito inteligente, especialista em contar histórias; pessoa de um caráter fantástico. Minha mãe era uma adoradora de meu pai; nunca vi os dois brigarem, sequer uma vez na vida. Isto dá uma estabilidade muito boa, coisa que não passei para meus filhos, que devem ser muito instáveis, pois o que brigo, por semana, com minha mulher, é mais do que meus pais brigaram à vida inteira. Gosto muito de minha mulher e até temos um ditado: Família que briga unida, permanece unida. Mas não é verdade. Acho que brigando, perde-se um pouco da vida.

Em julho de 1932, meu pai soube de um ex-padre que tinha estudado na Bélgica e estava sem serviço. Então, ele lhe perguntou se queria ser professor. Esse senhor foi um professor extraordinário para nosso grupinho, de lá. Não fizemos a escola em Pirapora, mas em Rasgão mesmo.

Eu devo muito de minha formação atual àquele professor, que era um excitador da criatividade da gente. Ele mostrava no livro: “Olha, tem tantos tipos de folhas aqui no livro, mas olha a natureza e veja como tem muito mais tipos de folhas; ou o pessoal já conhece e não descreveu aqui, ou, então, eles não conhecem”. Desse modo, ele já foi nos dando a idéia de que muita da ciência estava para ser descoberto.

Desde os meus nove anos que bolo ciência; fico olhando para as coisas e enxergando problemas na natureza, ao meu redor. Isto me ajudou muito na vida. O nome desse professor era Honório Sabino de Brito. Dava aula de línguas para nós. Imaginem, no primário! Naquela época, o pessoal de Pirapora era tão retrógrado, eu não conheço nenhuma pessoa de nível superior que saiu de lá, a não ser padre.

Tinha uns padres da Ordem de São Norberto, que nunca vi tão burros, na minha vida. Batina branca; são belgas e têm o seminário em Pirapora.

Tem uma propaganda na televisão que aparece o seminário de Pirapora e o rio de minha terra, completamente poluído, cheio de espuma de plástico misturado com fezes de São Paulo. Bom, neste rio nadei de Pirapora até minha terra Rasgão, 7 km, em água boa, cheia de peixes; agora tudo poluído.

De 1932 até outubro de 1934, tive aulas com o professor Honório Sabino de Brito junto com outros colegas, na varanda de minha casa onde era a escolinha. Dali fui para o Colégio Mackenzie, depois Universidade Mackenzie, em São Paulo. Fiz os cinco anos de ginásio e dois anos pré-Engenharia como era naquele tempo. Hoje são quatro anos de ginásio e três de científico. Dali fui para Piracicaba porque queria fazer Entomologia, fanático por abelhas, desde essa época. Daí, fiz o vestibular, entrei em Piracicaba e me formei lá. No segundo ano do curso me apaixonei pela Genética e disse: “Pronto, é essa”. Larguei a Entomologia e não pensei mais nela. O professor de Entomologia era muito ruim e peguei firme na Genética.

S.S – Como era o curso em Piracicaba, e que professores havia naquela época?

W.K. – Logo no primeiro ano tinha um professor que se destacava, que era o professor Salvador de Toledo Pizza. Não concordo com as idéias dele, mas suas aulas eram muito boas e deu muita abertura; fazia muito nós pensarmos. No segundo ano, tinha um professor que falava muito mal o português, mas também fazia a gente pensar, dava oportunidade de trabalho e já mostrava como se fazia uma

pesquisa bem equacionada. Este era o professor Fredric Gustav Brieger. É, talvez, um dos professores que mais doutores fez em seu tempo, para a Luiz de Queiróz. É uma pessoa realmente extraordinária como formador de gente. Tinha também o professor Mendes, de Agricultura, muito bom; professor Jayme de Almeida; professor Érico da Rocha Nobre. E, já no meu tempo, os professores pararam uma briga antiga, se professor devia ou não pesquisar, ou só dar aulas, pois havia muitos professores que não tinha capacidade de fazer pesquisa. Então, a maneira que acharam de nivelar por baixo, era proibindo a pesquisa. Essa foi a luta na qual entrou o Brieger.

Eu me formei e fui logo convidado pelo Brieger, em abril de 1946, para assistente da cadeira de Genética.

S.S. – Como é que se explica que houvesse uma Faculdade de tão bom nível, já nesta época, em São Paulo, quando a Universidade de São Paulo, mal começara a se formar?

W.K. – A USP é de 1936; mas esta Escola funcionava desde 1903, se não me engano.

S.S. – Ela se mantinha com um centro de pesquisa?

W.K. – No começo não. Eu diria que a pessoa fundamental, que fez a mudança na fase da Escola, tirando-a da fase de lecionar para a de pesquisar foi o Brieger, na época em que estive lá. Houve também uma influência muito boa dos professores que vieram perseguidos por Hitler. Um grande número deles veio para a Universidade de São Paulo; e tínhamos muito contato com eles. Eu vi muitos seminários de Rawitscher, Hauptmann e outros professores que vieram, naquela época, todos fugidos, ou por sua religião, ou por suas idéias política, ou ambas.

S.S. – Estas pessoas tiveram grande influência diretamente sobre a Escola Luiz de Queiroz?

W.K. – Sobre a Universidade de São Paulo, como um todo: e, a Luiz de Queiroz sendo

parte da Universidade de São Paulo não fugiu a esta influência, de jeito nenhum.

S.S. – Eu tinha a impressão que havia uma relação muito grande da Luiz de Queiroz com o Instituto Agronômico de Campinas.

W.K. – Infelizmente, às vezes, havia luta de natureza muito pessoal, que fazia com que as relações não fossem tão boas como deveriam ser. Mas, acho que esta fase acabou.

S.S. – Nesta época, na sua formação, havia contato; e como era ele?

W.K. – Havia um contato bastante grande. Nós fazíamos duas visitas oficiais como estudantes ao Instituto Agronômico de Campinas: uma como alunos da cadeira de Genética e outra como alunos da cadeira de Agricultura. São estas duas fases de nossa formação. Tínhamos que fazer um relatório completo da viagem, do que víamos nela, o que estávamos procurando, aprendendo e sobre o que eles estavam fazendo. Eram coisas muito boas. A parte de visitas do nosso curso foi excelente.

Quando chegávamos ao quarto ano, éramos obrigados a fazer uma grande excursão de natureza agronômica. Essa excursão foi feita para a Argentina e o Uruguai. Foi realmente espetacular ver tudo que o pessoal do Uruguai estava fazendo e, havia, lá, uma estação experimental de primeiríssima classe: e, depois, veio a Argentina que estava em seu apogeu, naquela época, em 1945, o ano áureo de Perón, em que tinha conseguido impor várias reformas sociais – a ditadura não estava exacerbada ainda. Então, eram coisas realmente espetaculares na formação do curso. Achei que o curso foi muito bom, e algumas das coisas boas foram as excursões constantes. Com o Jaime de Almeida, que era professor de Tecnologia, tínhamos, em cada quinze dias, uma excursão à fábrica ou à usina de álcool, de farinha, de açúcar, ou de vinho. Não só tínhamos aulas na Faculdade, mas aulas práticas no próprio local onde estavam fazendo a coisa.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

M.B. – O senhor estava contando que o professor Jaime de Almeida levava os alunos para visitarem as usinas, as fábricas, etc.

W.K. – Nas férias, deixavam os laboratórios abertos aos alunos, especialmente o Brieger. No laboratório do Brieger se concentrava o pessoal que queria fazer pesquisa. Do segundo para o terceiro ano fiquei fazendo estágio em seu laboratório. Ele nos dava bastante liberdade. Apesar de ele ser um especialista em Genética vegetal, tomei o rimo da Genética animal com insetos.

Comecei minha pesquisa sobre abelhas, especialmente do grupo melípona, que são as sem ferrão, brasileiras, sociáveis, e que produzem um mel muito bom. Com esse sistema do Brieger adiantei minha tese consideravelmente. Fui contratado em abril de 1946 e, no fim de 1947, dei entrada de minha tese de doutoramento. Em abril de 1948, defendi minha tese de doutoramento sobre o gênero melípona.

S.S. – Era uma coisa mais ou menos freqüente vocês fazerem doutoramento com essa velocidade?

W.K. – Não; inclusive, nesta época, não era nem freqüente fazer o doutoramento. Houve uma pessoa que forçou o doutoramento na Luiza de Queiroz, pois quando ninguém tinha a tese para doutoramento, o sujeito já a tinha, queria fazê-la e os outros não deixavam: “não, para que tese de doutoramento, aqui? Vai abrir um precedente perigoso”. Um rapaz chamado Benedito Soares conseguiu fazer doutoramento e, só alguns anos depois, eu consegui. Fui a segunda pessoa na Luiz de Queiroz a fazer doutoramento. Depois, gradativamente, ficou mais freqüente e, hoje, talvez seja uma das faculdades da Universidade de São Paulo que tem a melhor estrutura para doutoramento e uma das que mais produzem doutores e mestres por ano. E o mestrado de Piracicaba é, realmente, superior a quase todos os mestrados que conheço, exceto Ribeirão Preto, que é do mesmo nível.

M.B. – Por que o senhor escolheu a Luiz de Queiroz e não a Faculdade de Filosofia?

W.K. – A Faculdade de Filosofia era muito pouco conhecida no meu tempo de estudante, e havia certo machismo em nossa época, de que homem mesmo ia para Medicina, Agronomia ou Engenharia. Eu fiquei sabendo que existia a Faculdade de Filosofia quando já estava no terceiro ano, através dos meus contatos com a Genética, quando vim com a equipe de Genética participar de alguns seminários, em conjunto com o grupo de Filosofia. Foi ao que vi que havia um grupo excelente de Biologia, um grupo muito bom em Botânica, Química; mas, esta descoberta só fiz quando já estava no terceiro ano. Não podia esperar tanto tempo para tomar uma decisão na vida.

S.S. – Os colegas contemporâneos se formaram ali para trabalhar em Engenharia Agrícola?

W.K. – Em problemas de Engenharia Agronômica.

A Agronomia dá um curso muito versátil: se a pessoa quer se especializar em Genética, no primeiro ano tem Botânica e Zoologia que já tem alguma Genética. No segundo ano, tem Genética quimicamente pura: no terceiro, Genética nas horticulturas; no quarto, Genética nas Agronomias e no quinto ano pode se especializar em vários cursos que tenham duas, três, quatro matérias de Genética. Tem Genética também nos cursos de Zootecnia. Então, a Luiz Queiroz, gradualmente, inteligentemente, está pagando cada vez mais geneticistas para seu corpo docente.

A Universidade da Califórnia para horticultura, agricultura para animal e para uma porção de coisas só aceita geneticistas, porque diz que é muito mais fácil ensinar como tomar conta do gado ao geneticista, e muito mais difícil ensinar Genética ao sujeito que vai tomar conta do gado. Aqui, estamos fazendo, realmente, a mesma coisa, gradualmente. Eu, no meu grupo de Agronomia, faço bastante força para que tenham maior conhecimento possível de Genética.

S.S. – Era uma Escola orientada para formação de profissionais e não para pesquisa científica?

W.K. – Para profissionais e para pesquisa científica. Acho que não há outra escola no Brasil em que se formem mais pesquisadores do grupo agrícola do que na Luiz De Queiroz. Agora, estamos tendo duas concorrentes muito sérias: uma é Jaboticabal e outra é Campinas, e, de certa forma, Botucatu. Mas esta não está tão no mapa como Campinas e Jaboticabal. A de Jaboticabal para mim é uma faculdade excepcionalmente boa, e, como formação de alunos, está sendo melhor do que a Luiz de Queiroz porque ela exige do aluno um trabalho de ciências original para término do curso de graduação. Por causa de uma só regrinha ela ficou, realmente, a melhor faculdade de Agronomia do país: pelo carinho que dão a esta coisa, que dá um ensinamento ao rapaz de primeiríssima classe: trinta por cento dos trabalhos são publicáveis. Isso é, realmente, um negócio sério para eles.

Imediatamente, comecei a fazer minha livre-docência, em 17 de junho de 1950, sobre Genética de população dos himenópteros, especialmente himenópteros sociais. Em 27 de maio de 1946, fui contratado biologista no Departamento de Genética. Depois do meu doutoramento fui para os Estados Unidos, com uma bolsa ganha da Fundação Rockefeller. Nessa época, a Fundação Rockefeller era dirigida, nos aspectos referentes à América Latina, por um homem boníssimo chamado Harry Miller Jr. Esse Harry Miller não forçava a gente a trabalhar no que os Estados Unidos queriam. Dava liberdade absoluta para trabalharmos no que achássemos importante. Não sei como está, agora, mas, na época em que o Miller era o dirigente as bolsas da Fundação Rockefeller não tinham nenhuma conotação imperialista e não tinha nem mesmo nenhum membro da família Rockefeller na direção da Fundação.

S.S. – Havia algum convênio de Piracicaba com alguma universidade americana ou com a Rochefeller? A bolsa era individual?

W.K. – Não, não havia, nesta época. Hoje há um convênio com a Ohio States University e Piracicaba: o que é muito bom, pois Ohio é uma excelente universidade. Na época, não havia. Eu passei a maior parte do meu tempo na Columbia University sob direção de Theodosius Dobzhansky, que foi um dos

maiores geneticistas da atualidade.

S.S. – Como o senhor foi parar lá dentro? Como era a seleção na Universidade?

W.K. – O Dobzhansky viu a minha apresentação num dos seminários de Genética, num negócio que se chamava, se não me engano, primeira ou segunda Semana de Genética no Brasil. Ele se impressionou muito porque era uma linha completamente nova e de que nunca tinha ouvido falar, antes. Quando veio um jornalista e lhe perguntou o que achara, ele disse: "Fiquei admirado da originalidade do trabalho X" – que era o meu. Veio conversar comigo e perguntou: "Você não quer trabalhar, por um ano, no meu departamento, na Columbia University, em New York?". Eu disse: "Ótimo". Então, a principal escolha foi essa; porém, quando veio o dr. Miller conversar comigo, já a pedido do dr. Dobzhansky, eu lhe informei que gostaria de, primeiro, passar quinze dias na Louisiana para aprender inseminação artificial em abelhas, com instrumentos. E fui o introdutor, aqui no Brasil, desta técnica e sobre a qual estamos, hoje, mais avançados do que qualquer outra parte do mundo, especialmente os grupos de Ribeirão Preto e Rio Claro, que são os grupos que eu formei.

Daí fui para a Universidade da Califórnia por quatro meses, onde consegui fazer todas as análises dos genes que eles tinham em depósito. Havia um estoque de genes e fizemos a análise, lá. Daí fui para Winconsin, também com grupos de abelhas. Fiz, então, três grupos de abelhas em nove meses de minha bolsa, e, em um ano, trabalhei com o Dobzhamsky na Columbia University, em drosóphila, e estudando para burro e parte de Genética geral para realmente me tornar habilitado nesta Ciência, aqui no Brasil.

S.S. – Quanto o senhor já sabia ao chegar lá?

W.K. – Isto é difícil, porque eu era novo, naquele tempo. Eu tinha doutoramento e livre-docência, mas ainda não tinha um curso. Naquele tempo, não havia curso de doutoramento; tinha a tese. Sempre fui um estudioso de Genética. Desde que peguei a Genética, estudo todos os dias, até hoje. Dedico, pelo menos, uma

hora para estudar. Só parei de fazê-lo durante todo meu período da formatura até agora, duas vezes: uma viagem de núpcias – que achei que tinha coisa mais importante a fazer –, e outra, quando saí de Ribeirão Preto e vim até aqui. Então, naqueles oito dias, eu estava tão excitado com a nova mudança de atitudes na minha vida, - marco zero – que não consegui estudar. Pegava qualquer coisa e já ficava só planejando o jeito que ia dar na Amazônia. Ela passou a ser uma obsessão, nessa época. Evidentemente, eu tinha, em 1952, apenas seis anos de formado, mas dava para saber bastante coisa. Não fiz fiasco em nenhum lugar: nos cursos nem nas pesquisas. Eu tocava sempre trabalhando acelerado. Minha mulher foi comigo e me ajudava muito, coisa que os americanos dificilmente aceitavam. Era muito interessante ver a fricção que causava o auxílio que a Lígia me dava: me ajudava para valer. Era ombro a ombro, e, nos Estados Unidos, há quase uma fricção entre os sexos: o homem explorando a mulher no serviço sem dar as compensações devidas, como a econômica: e a mulher se desviando e formando grupos de defesa e ataque, ao mesmo tempo. Então, era quase inacreditável, já nesse tempo, a união de dois brasileiros que trabalhavam ombro a ombro para valer.

S.S. – Ela também tem formação universitária nesse ramo?

W.K. – Não; ela tem formação em Educação, mas nos trabalhos importantes de Genética, feitos em 1952, e que foram anotados como bons trabalhos meus, fizemos juntos – efeito de genes limitado ao sexo: o novo cromossoma do sexo. Depois, aumentou o número de filhos e, então, ela largou de trabalhar; passou a só se dedicar à criançada, e acha que tomou a atitude certa, pois hoje, temos sete filhos, formidáveis, todos bons de cachola, bons de estudo. E já temos quatro netos, que vão pelo mesmo caminho.

È muito difícil responder à sua pergunta, dizer quanto é que eu sabia. Mas acho que foi muito positivo; e certas coisas que vi lá foram muito positivas para mim.

Em Piracicaba havia algumas idéias bem retrógradas, como a de não gostarem que o professor trabalhasse com o aluno e publicasse com ele. Então, um dos

professores da Luiz de Queiroz me chamou à atenção porque fui o primeiro professor a publicar junto com um aluno. Ele achou que eu devia simplesmente agradecer ao aluno por ter colaborado comigo, mas nunca publicar junto com ele. Isto foi a razão de bastante sucesso meu entre os alunos, naquela época: queriam trabalhar comigo porque sabiam que seriam reconhecidos, inclusive na co-autoria.

[INTERRUPÇÃO]

O único instituto federal que trabalhava aos sábados, e a biblioteca funcionava das sete à meia noite, todos os dias, exceto aos domingos que só ficava aberta das oito às dezoito horas, e que só fechava em feriados nacionais.

M.B. – O senhor estava falando sobre o problema do professor publicar com os alunos.

W.K. – Outra coisa sobre a qual fui criticado também, inclusive por uma comissão, é de que eu andava de bicicleta, sem gravata e sem paletó.

S.S. – Isso reflete, também, o fato de o senhor está introduzindo um novo estilo, uma nova forma de trabalho.

W.K. – Essas são pequeninas coisas que, se não formos para fora, não desfilarmos num ar um pouco diferente, mais livre, continuamos naquilo que foi ensinado, isto é, comparecer de paletó e gravata, etc. Eu ia de bicicleta porque não tinha dinheiro: o ordenado era muito ruim. O primeiro ordenado que tive era inferior ao salário-mínimo, só que o salário-mínimo tinha poder aquisitivo maior, naquela época, do que hoje em dia. Tanto que, com duas vezes o salário-mínimo, casei, e, hoje, com duas vezes o salário-mínimo, o rapaz olha as garotas de longe, não pode nem pensar em casar.

Em 1954, até 1958, fui recontratado como professor colaborador, de maneira que, eles podiam, então, me pagar mais.

S.S. – Nessa época, havia um programa de pesquisa?

W.K. – É.

No começo de janeiro de 1958, aceitei um convite de João Dias da Silveira, que estava formando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Então, saí da minha posição e fui ser professor catedrático regente, como eles chamavam, no Departamento de Biologia, no qual eu era responsável pelas disciplinas de Histologia, Embriologia, Citologia, Genética e Evolução. Cinco disciplinas eram muita coisa: mas, gradualmente, foi aumentando o grupo e, hoje, inclusive, um dos melhores embriologistas do país está lá – o professor Darwin Beig.

Em Rio Claro as experiências foram formidáveis. Eram grupos de vinte alunos, e o contato professor-aluno era muito intenso; se o aluno tinha uma dúvida, podíamos tirá-la, particularmente. Do primeiro grupo que se formou – acho que vinte –, dezoito são doutores, agora. Não conheço nenhum outro grupo com percentagem tão alta de doutores. Do grupo que formamos lá tem gente de primeiríssima classe. Carminda Landim é uma das melhores microscopistas eletrônicas do país, ao ponto da Fapesp ter dado para uso, no seu laboratório, um microscópio eletrônico: o Hamilton Ferreira, muito bom em Citologia; o Darwin Beig, um embriologista fabuloso, com cuidado e precisão muito boa.

[FIM DA FITA 1-A]

W.K. – Quando ainda estava lá, em 1962, fui convidado e aceitei ser o primeiro diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

S.S. – A Fapesp é uma criação do governo do Estado, ou da Universidade de São Paulo?

W.K. – Do governo do Estado, da Constituinte que fez a Constituição Estadual de 1945, ou 1947, mas só foi posta em rigor, em 1962, por Carvalho Pinto.

S.S. – Havia algum grupo de cientistas, por trás disso?

W.K. – Havia. Foi uma proposta feita por um grupo de pesquisadores de São Paulo. Acho que a primeira assinatura, se não me engano, era do Maffei. Tinha um grupo muito grande do IPT, que mudou, agora: está muito empresarial. Naquele tempo, foi o principal lutador pela introdução na nossa Constituição de um artigo de lei que diz: "meio por cento da renda tributária do Estado será dado à ciência, à pesquisa científica, por meio de uma Fundação de Amparo à Pesquisa", que foi essa, estabelecida em 1962. O papel dela na ciência paulista é muito importante porque, no mínimo, ela fornece alguns milhares de bolsas por ano e, isso, a longo prazo, deu um fruto extraordinário, pois fornece para o pesquisador paulista material de consumo, equipamentos: e é que os outros Estados não têm. O CNPq é para toda a nação, assim como a Finep, enquanto que a Fapesp é para o Estado de São Paulo.

S.S. – Existem diferenças também em forma de atuação?

W.K. – É muito mais direta. Se houver um problema muito importante para o Estado, a pessoa pode ir conversar com o dr. Saad, que é, agora, o diretor da Fapesp, e em meia hora sair com o dinheiro ou o cheque assinado. Isso no CNPq é impossível. Então, é uma liberdade que o Conselho deposita no diretor científico que pode ser julgado a posteriori por seus atos, mas ele tem a autoridade de agir e enquanto estiver agindo certo não tem o que temer.

M.B. – Como é que se chegou a organizar isso?

W.K. – Eu que organizei.

M.B. – O senhor e mais alguns cientistas?

W.K. – Claro. A parte do Conselho, quem teve importância muito grande dentro, foi o Paulo Vanzolini, o Ulhoa Cintra, o Crodowaldo Pavan, o Florestan Fernandes, Carvalho da Silva e outros. Tem vários ainda, mas estes são os que tiveram uma preponderância maior na formação da legislação. Depois nos estatutos de regência da Fapesp, na regulamentação da lei, tivemos muita importância eu e

o dr. José Geraldo de Ataliba Nogueira. O Ataliba era o assessor jurídico.

Um dos pontos altos de nossa Faculdade de Rio Claro foi o trabalho com os alunos. Foi muito importante um código de honra que o pessoal tinha, do mesmo tipo do ITA de São José dos Campos. O pessoal não colava. Com isto, o nível de aproveitamento era fantasticamente melhor. É impressionante como a organização da cola atrapalha o ensino brasileiro, muito mesmo.

S.S. – Como é que este código de honra funciona? Os professores que impõem isto aos alunos?

W.K. – Não, se for imposto do professor para o aluno não funciona. São os alunos que depois de se doutrinarem, chegaram à conclusão que deveriam fazê-lo. Fizeram e deu muito certo. Claro que uma vez ou outra dá briga, e a briga é muito séria, porque o aluno que colou não quer ser estigmatizado perante seus colegas.

M.B. – Lá chegou a haver proposta de expulsão de aluno por parte de outros alunos?

W.K. – Não. Foi muito interessante enquanto estive lá, funcionou muito bem. Não sei por quanto tempo eles mantiveram a coisa, mas naquela época, deu inclusive o sentido de “esprit-de-corps” para os alunos, e era muito bom, e também o pessoal estudando naquela ansiedade e pesquisando teve um aproveitamento que acho que, dificilmente, no Brasil, uma Faculdade dá para seus alunos em formação. Isto aí foi até fins de 1964. Quando eu estava a três meses de terminar o meu mandato e achávamos que eu não devia entrar num segundo mandato. A razão é muito simples: é que vamos moldando a Fundação com nossas idéias. Então, dá-se uma certa contribuição X e é muito importante passar-se para um segundo e um terceiro e que esteja sempre na mão de um cientista da ativa, com bastante força para atuar e dar dinheiro etc., mas sabendo que dali a três anos é ele que tem que vir à Fapesp e que, portanto, não poderá se perpetuar. A gente, inclusive, quando tem dinheiro para dar para dois projetos de igual nível, a tendência evidente é dar para aquele que é nosso amigo, que a gente conhece melhor e que parece aos nossos olhos melhor que aquele que a gente conhece menos. Então, essa possibilidade existe; então, se

diz: “Pois é, mas você tem seu assessor”. “Mas eu escolhi meu assessor”. Portanto, ele deve ter o mesmo bias , o mesmo prejuízo que eu. Então, precisa mudar para evitar coisas dessa natureza.

[INTERRUPÇÃO]

Mas nessa época fui para Ribeirão Preto para armar o departamento de Genética daquela Faculdade.

[INTERRUPÇÃO]

S.S. – Aqui toda a questão é referida à relação entre a pesquisa científica, o tipo de estudo que o senhor fazia e as questões de aplicação de vinculação com o meio etc. O senhor disse que a experiência em Rio Claro foi muito boa, com a qualidade de alunos etc. Como isto refletia no contato da Faculdade com o meio, com a atividade econômica que havia na área etc.?

W.K. – A atividade em que eu podia por o dedo lá era eucalipto. Então, começamos um trabalho em eucalipto. Foi feito determinando a herdabilidade da fibra que mostramos ser muito baixa. Fizemos também um trabalho sobre polinização de eucalipto-alba, mostrando que era possível fazer a auto-fecundação usando abelhas. São coisas que se andou fazendo na parte prática. Mas tem muita outra coisa que foi...

Na parte de abelha, tínhamos uma parte teórica grande e, mesmo que a pesquisa não fosse diretamente vinculada ao problema da área, isto não importava porque nós para lidarmos com abelhas tínhamos que ter um extraordinário conhecimento de como fazê-lo. E com isso aprendemos uma apicultura de nível superior e, assim, se formou uma Sociedade de Apicultores no Estado de São Paulo que, de tempos em tempos, se reunia lá e, não só ouvia o que tínhamos descoberto, mas coisas também que eles não sabiam e que já eram de conhecimento da literatura. Então, o rendimento para o pessoal de Apicultura foi muito grande. É pena que muitas vezes o grau de cultura do grupo é tão pequeno que não dá para crescer, de repente. Há necessidade de ter

uma massa crítica para poder aprender o máximo: mas deu para a gente fazer um bom movimento.

S.S. – Isso era uma preocupação da Faculdade, da atividade de pesquisa aplicada?

W.K. – Em toda a Faculdade, hoje em dia, a preocupação principal é o ensino; segundo, é a pesquisa e terceiro é a extensão dos serviços à comunidade. Isso é idéia minha já há muito tempo cristalizada. Sempre agimos assim, tanto em Piracicaba – em Piracicaba cheguei a ser vereador do Partido Socialista Brasileiro – mostrando simplesmente aspectos da preocupação social que a gente tem que fazer com que a ciência filtre até aqueles elementos mais desprotegidos de nossa população. Aliás, vou dar depois para vocês algum negócio que tenho cristalizado sobre isso, já pronto numa publicação, chamado "Ensino, Pesquisa e Felicidade". Acho que se a pesquisa não for voltada para aumentar a felicidade da gente não tem nenhum significado, mesmo que seja pesquisa básica, que pode trazer muita infelicidade.

Em Piracicaba a gente já trabalhava um pouco com apicultores, e em Rio Claro trabalhamos ainda mais. Em Ribeirão continuamos a mesma tradição.

S.S. – A Fapesp, na época em que o senhor estava como diretor, o fato da relevância social, da aplicação de algum trabalho, é importante na decisão sobre a verba?

W.K. – É muito importante. É muito difícil que haja uma pesquisa de alto valor social e que não lhe seja concedido o dinheiro. É muito possível que haja uma pesquisa muito boa, cientificamente, que a gente não conceda dinheiro se não tiver, quer dizer, a relevância social não há quem não... existem clamorosos exemplos a respeito disso, contra esse meu ponto de vista, mas quando há interesses mesquinhos envolvidos. Eu, por exemplo, considero que o Brasil tenha uma pesquisa muito importante sendo realizada há muito tempo, aqui, sobre a doença de Chagas, pelo dr. Humberto de Menezes em Ribeirão Preto, que não foi nem entendida por vários pesquisadores que, a mim, parece com segundas intenções atrás. Fico até pensando em pagamento das multinacionais ou coisa que o valha, porque não entendo como uma pesquisa de tanta

relevância não atingiu ainda os fóruns de aplicação que devia ter atingido, e que precisou de briga para ser financiado; uma doença que é, talvez, economicamente, a primeira doença no Brasil.

S.S. – Essa preocupação de dar prioridade à pesquisa de aplicação social não pode prejudicar a pesquisa básica de formação científica?

W.K. – Se a gente exagerar pode. O bom é não exagerar.

S.S. – E a Fapesp tem alguma forma de tratar, tem alguma política de balancear essas coisas? Como isso era feito?

W.K. – Tinha sim. Cerca de 50 % das pesquisas eram de ciência aplicada e 50% de ciência pura, aproximadamente.

S.S – Isso foi uma decisão a priori?

W.K. – Essa era uma decisão, do começo. Tínhamos que ter uma decisão. Não sei como está agora. É o caso de perguntar para o doutor Saad.

S.S. – Ele, na SBPC, agora, em São Paulo, fez uma apresentação e dizia que a Fapesp, nesse momento, não tem nenhum programa, não tem nenhuma política; ela, simplesmente, atende os pedidos, um a um, que são considerados de qualidade, de seleção individual.

W.K – Quando há excesso de dinheiro isso pode ser feito: quando se tem limitações, aí tem-se que limitar o dinheiro. Num governo qualquer que tem que dar mais para o Departamento de Saúde e Justiça e não sei mais o que, e muito mais para o INPS...

S.S. – O senhor em 1964 saiu da Fapesp.

W.K. – Em 1964 saí da Fapesp e fui para Ribeirão Preto, montar lá o Departamento de Genética e, imediatamente, entramos em colaboração com o pessoal da

Faculdade de Filosofia e formamos um departamento eclético que tinha geneticistas médicos, humanos e de abelhas, radiação e de Bioquímica Genética. Funcionou muito bem. Acho que está funcionando até hoje. Tem havido descobertas muito boas no campo da pesquisa Genética feita pelo departamento. No que me concerne diretamente, as pesquisas de Genética de determinação do sexo nos himenópteros são de primeiríssima classe: foram revolucionárias para o mundo científico nacional e internacional. Tem uma professora lá chamada Iris que dirige o grupo de Genética Médica com uma autoridade e consciência extraordinárias: tem um grupo de Genética Bioquímica que trabalha em vários organismos, dirigido por Moacir Mestriner e, agora, como meu substituto lá, com a parte de Genética de abelhas está o dr. Leonel Gonçalves. Há um grupo de radiação de Genéticas, dirigido por Catarina Satie Takahasky e um grupo de Genética de gado e Genética quantitativa, dirigido por dr. Francisco Moura Duarte. Está trabalhando em nosso departamento, acho que há uns cinco anos, o dr. Humberto de Menezes e, uma coisa que vinha dizendo, há bastante tempo, que a linhagem dele era, geneticamente, diferente da dos outros, recebeu uma confirmação recente e inesperada por um grupo que estudou eletroforese da doença de Chagas, e mostrou que várias linhagens já são geneticamente diferentes, inclusive, a linhagem Y que deu origem a P.F. – é aquela que injetada numa pessoa, em vez de produzir doenças, só dá imunidade à doença.

[INTERRUPÇÃO]

Desse entrosamento entre a produção da ciência e como essa ciência se reverte à sociedade, aqui está uma pesquisa e que para mim deveriam ter sido feitas várias pesquisas humanas, em várias regiões do norte. Se eu tivesse um filho naquela região do norte da Bahia, e não tivesse chance de num mês acertar minha casa, eu vacinaria meu filho com a vacina dele. Eu prefiro pequenas desvantagens que ela possa ter do que ter um filho com a doença de Chagas. Acho que seria mais trágico.

Voltemos a Ribeirão Preto. Lá ficamos até 1975. Em Ribeirão Preto, inclusive, foi organizado um grupo de curso para pós-graduação e ficou sendo o único

grupo inter-Faculdade que tínhamos, porque nós juntávamos no Departamento de Genética o pessoal da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Filosofia, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Enfermagem, de Odontologia e Farmácia.

S.S. – Esse tipo de organização que o senhor está descrevendo, aqui, esse grupo de pessoas de várias áreas, não é uma coisa muito comum no Brasil, nesta época. Não havia Instituto ainda? Essa falta universitária é posterior?

W.K. – Em 1964, mas eu já tinha tido idéia, já tinha feito, e o Departamento funcionou. Quando veio a integração a turma, lá, perguntou: “mas a integração o que é? Nós já estamos integrados há tanto tempo?”.

S.S. – Isto foi uma experiência única?

W.K. – Não sei se é única, acho que não. Acho que no Rio Grande do Sul ouvi coisa semelhante: não sei se na mesma época. Tanto que não temos problema nenhum com a integração, mas nas outras cadeiras há, e alguns muito sérios.

O nosso grupo também teve a preocupação da formação daqueles elementos que estavam na Faculdade de Filosofia, Farmácia etc., de maneira a fazer seu doutoramento e, com isso, nosso grupo ficou um grupo todo de doutores.

M.B. – O doutoramento era feito na própria Faculdade?

W.K. – Todo o doutoramento foi feito lá, que eu me lembre.

M.B. – Havia política de mandar o pessoal para o exterior?

W.K. – Depois do doutoramento todos foram para o exterior. O departamento gradualmente se abriu e deu formação a outros grupos. Uma doutora do nosso grupo foi formar o Departamento de Entomologia na Faculdade de Filosofia: uma doutora entomóloga com boa formação de Genética. Um ecólogo, o Ozuky, meu lugar tenente e um sujeito espetacular, foi formar o grupo de

Ecologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

S.S. – Se estou entendendo, o grupo de Genética era um grupo científico básico que dava, depois, condições para a criação de outros.

W.K. – Evidente. Nós éramos contratados pela Faculdade de Medicina para dar aulas de Genética Médica, mas nós gradualmente demos essa amplitude ao Departamento. Ficou um Departamento com umas quinze pessoas de corpo-docente e uns cinquenta alunos e uns dez técnicos e secretários etc. É um laboratório muito bom até agora.

S.S. – O aluno que fazia vestibular de Medicina passava por esse grupo também?

W.K. – No segundo ano ele passa por esse grupo.

Em 17 de dezembro de 1969 fiz concurso para professor adjunto, e no dia 22 de dezembro de 1972 fiz concurso para professor titular. Esse concurso foi muito interessante porque foi sorteado dentre vinte e tantos pontos uma aula que tinha o nome de Genética de Determinação do Sexo nos Himenópteros. Foi uma aula em que pude contar um papo danado, pois 50% de tudo que estava sendo apresentado era de minha autoria.

De 1975 em diante viemos para cá. Em 1974, o dr. José Dion de Melo Teles, presidente do Conselho Nacional de Pesquisa, me convidou para diretor geral do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

S.S. – O senhor já tinha trabalhado com ele antes?

W.K. – Não. Ao contrário, ele é que tinha sido meu assessor de Ciências de Computação, quando fui diretor da Fapesp. Ele sabia que eu sou meio maníaco por trabalho e ele queria fazer as coisas do centro prosperarem rapidamente. Isso foi uma das razões que o levou a me convidar. E eu, nessa época, estava muito preocupado achando que, apesar do curso de pós-graduação, apesar das ramificações científicas que a gente fazia no Departamento, ainda não estava

me satisfazendo como um impacto na vida dos brasileiros. Eu estava querendo participar de um negócio desses; que tivesse um pouquinho mais de impacto direto que eu pudesse ver, não daqui a cem anos, mas agora, durante minha vida. Então, aceitei isso como um desafio. E, aqui, como norma para examinar os projetos de pesquisa, eu ponho, como é que esse projeto, a curto ou longo prazo, vai contribuir para a felicidade do povo da Amazônia. Acho que já se conseguiu muita coisa. Temos aqui oito divisões e uns vinte e poucos departamentos, reunidos em três: Campos de Manaus, com 151 pesquisadores; campo de Belém, sediado no Museu Paraense Goeldi, com 41 pesquisadores; de Aripuanã, com 11 pesquisadores, no momento.

S.S. – Os pesquisadores são gente formada em São Paulo?

W.K. – Por casualidade, está aqui o dr. Mário, que é diretor...

S.S. – Esse é de Aripuanã.

W.K. – É. Um administrador que é também engenheiro agrônomo. Metade do tempo ele faz pesquisa, metade ele administra. Há outro engenheiro que só faz pesquisa, o José Aires que pesquisa macaco. A mulher dele está pesquisando caça. Um rapaz chamado Iran Lutz pesquisa tecnologia, óleos diversos, graxa, fibras. O dr. Wriland pesquisa macacos e tem agora o dr. J. Rosky, um suíço e sua mulher. A mulher do Iran Lutz faz uma parte educacional. Então dá um total de 11 pesquisadores ou auxiliares de pesquisa.

Passou para nossa mão em abril do ano passado, e já publicamos um volume inteirinho sobre Aripunã em “Ata Amazônica”, que é nossa revista de divulgação de pesquisa. São publicados os nossos (?) de pesquisa.

Na parte de Agronomia, estamos com distribuição, este ano, de alguns milhares de mudas, e estamos, também, com a distribuição de seis espécies de sementes; sendo que, uma delas considero uma coisa espetacular. É uma semente chamada feijão de asa, que introduzimos da Indonésia. Quando vim para cá já havia mandado buscar, já vim com o feijão no bolso. Foi a primeira coisa que

plantei. Agora, dois anos e meio depois, estamos fazendo a distribuição. Das trinta e duas variedade que introduzimos, apenas duas foram boas. São melhores que qualquer coisa que temos aqui em feijão. É o único do qual se come a flor, a folha, a vagem, a ervilha e o feijão. Realmente espetacular.

M.B. – Essas pesquisas de que o senhor falou, de que já tem um volume sobre Aripuanã, são levantamentos descritivos da região, da fauna?

W.K. – Já lhe mostro.

[INTERRUPÇÃO]

As contribuições são, desde uma parte histórica – dos dois primeiros artigos – até uma parte referente à flora de lá. Portanto, entram também as aves. Há duas partes sobre Epidemiologia: uma sobre eletrospirose e uma sobre doenças parasitológicas. Tem também uma parte sobre um novo peixe da área, que era desconhecido; o estudo de uma planta – tremicantra – que descobrimos ali, e que é importante para o gado. E tem uma quantidade fabulosa. É importante plantar junto com o capim. Tem também uma parte sobre a descrição e aplicações da madeira. Esse é o primeiro grupo de pesquisas realizadas e publicadas por nós.

S.S. – O Inpa é uma instituição de pesquisa com uma preocupação de aplicação, mas que não tem uma estrutura para extensão dessas coisas?

W.K. – Não; mas é muito fácil essa parte. Por exemplo: para a extensão nós teríamos duas opções: ou criar nosso organismo de extensão para ficarmos com a glória ad eternum, ou não nos preocuparmos com essa parte de glórias e entrarmos em colaboração com uma organização existente, de fácil distribuição. Então, temos feito isso constantemente, por exemplo: quando vieram os prefeitos, aqui, demos a cada um deles um pacotinho de semente de feijão de asa. Agora entramos em colaboração com a Acar e pedimos ao grupo da Acar para fazer uma distribuição bem ampla ao pessoal de baixa renda, aqui, no Amazonas e, finalmente, usamos também visitas de alunos, professores e visitantes

ocasionais e o pessoal que entra em contato conosco. Desse modo estamos sempre divulgando essa semente que considero muito importante para nossa economia.

S.S. – Existe algum tipo de colaboração com a Sudam nesta parte de aplicação?

W.K. – Não. A Sudam tem outras preocupações – o desenvolvimento. Embora exista uma inter-face muito grande entre o desenvolvimento e a pesquisa, infelizmente a Sudam não tem tido aquela humildade e nem vivacidade em buscar os dados de pesquisa do Inpa. Muito possivelmente, o grupo atual ou não entende, ou se entende não sei por que não busca as pesquisas já desenvolvidas, aqui, em vários grupos. Há uma interferência em superposição e uma influência daquilo que já se descobriu e os projetos dele. Sou um pouco crítico do gruo de assessoria deles.

S.S. – O Inpa também tem algum tipo de p[os graduação aqui?

W.K. – Temos quatro cursos de pós-graduação: Entomologia, Ecologia, Peixe Pesca e Botânica.

[FIM DA FITA 1-B]

W.K. – São cinquenta vagas; vinte e cinco destinadas à Amazônia Legal e as demais ao restante do mundo. Dessas, duas usadas por dois alunos dos Estados Unidos, um da Colômbia e o resto por brasileiros, desde o Ceará até Santa Catarina. Do Rio Grande do Sul, penso que não há ninguém.

O exame é feito no mesmo lugar, numas doze cidades diferentes, inclusive New York, no New York Botanical Garden. Há muita gente interessada no grupo de Botânica. Então, o que eu quero é que esse grupo fertilize com suas idéias o nosso grupo. Assim, vem gente de todo lugar, e se dá um curso espetacular.

O rapaz de New York teve um dia que analisar umas amostras em Belém.

Sentou com aquele ar de quem não quer nada, viu a menina que foi sentar perto e começou logo a conversar. Em Belém ele estava com o coração batendo; desceu correndo. Ela ia para São Paulo, via costa. Ele viu que ainda tinha dinheiro para ir até Salvador e voltar. Foi a Salvador com ela de avião, voltou, chegou aqui telegrafou perguntando: quer casar comigo? Ela respondeu que queria. E estão, aí, os dois. Bastante fricções nos primeiros dois meses porque não tiveram tempo para namorar. Namoraram depois de casados.

Há histórias às dezenas, cada uma do arco da velha desse grupo, que é o último de cientistas aventureiros do mundo.

Eu ia de aviãozinho, de Aripuanã para lá, e, de repente para a hélice e eu digo: que foi que houve? Acabou a gasolina e não tem bomba aqui. Talvez tenha um campo depois desse morro. Tinha. Desceram. Foi uma sorte incrível.

Quando cheguei aqui, tinha 64 pesquisadores, dois doutores e dois mestres. Agora, temos 203 pesquisadores, dos quais 34 doutores, 31 mestres. A proporção está muito boa. O pessoal trabalhando com bastante vivacidade, bastante coragem, apesar das condições econômicas atuais estarem muito ruins: o que acho uma pena, porque vocês vão ver minha idéia posta neste trabalhinho ali, e que sem pesquisa e sem ensino não se pode fazer evolução de um povo. O Japão demonstrou isto muito bem, quando deu o sangue para aumentar o ensino em todas as frentes e a pesquisa, também. Aí dá a razão biológica, desde o começo, porque é assim.

S.S. – De quando é essa publicação? Ela está sem referência.

W.K. – Depois é que eu vi isto.

S.S. – É “Ata Amazônica”?

W.K. – É, de 1976.

[FIM DA FITA 2-A]

S.S – Há antecedentes do Inpa na Amazônia, ou ele é a única instituição de pesquisa?

W.K. – O Inpa tem, considerando-se a parte antes de 1954, quatro fases: a primeira é do estabelecimento até Djalma Baptista; a segunda vai dele até Paulo de Almeida Machado; a terceira, do Paulo até eu, e a quarta, comigo. Quatro fases bem distintas: a primeira foi de arranjos diversos, de como se estabelecer, de arranjar um lugarzinho ao sol. Daí vem o Djalma Baptista que se preocupa com formação de pessoal, pela primeira vez; daí vem Paulo de Almeida Machado que transfere do centro para cá – compra tudo isto aqui – e faz as construções usando verbas de diversas naturezas. Depois venho eu que acho essas construções muito boas. Passo a fazer as divisões para torná-las funcionais para cada pesquisador; comprar os equipamentos, material de consumo e aumentar o número de pesquisadores, que era de 37 e passou para 151, que é agora. Vocês já viram a biblioteca? Vale a pena vê-la.

M.B. – Como funciona a biblioteca aqui e como é o problema de compra de livros e o número de revistas estrangeiras que têm assinatura?

W.K. – Temos 750 assinaturas de revistas e mais 500 por câmbio. Temos, então, um total de 1250 revistas, em dia. Acho que só há uma ou duas bibliotecas que têm mais que isso, no Brasil, e, evidentemente, um pouquinho especializadas dentro dos nossos assuntos. Mas não muitas, porque fornecemos algumas. Pelo menos umas cinquenta ou cem assinaturas são feitas visando universidades, mas visando não só o pessoal. Isto aqui é feito semanalmente – é o índice das revistas – que vem às mãos de cada pesquisador.

S.S. – Existem vários exemplares destes?

W.K. – Sim, existe um exemplar para cada departamento e vai um para a Universidade e um para a biblioteca central aqui de Manaus, que é muito pequenina. A única biblioteca boa é essa. Interessante é que leis pequenas poderiam ser feitas e que melhorariam as várias bibliotecas. Por exemplo: acho que todos os livros publicados no Brasil deveriam ter 50 livros gratuitos que iriam para 50 maiores

bibliotecas do país. Até mesmo para cada Estado, mesmo que não fosse a maior, para haver uma distribuição de cultura por igual. Assim, vinte e um Estados e Territórios teriam uma biblioteca recebendo livros gratuitamente.

S.S. – A Biblioteca Nacional teoricamente deveria receber, mas não funciona. Por lei, a Biblioteca Nacional deveria receber todos os livros publicados.

W.K. – Se não funciona é por culpa da Biblioteca ou dos produtores de livros. Já muitas bibliotecas não têm como funcionar. A nossa tem um corpo de quinze funcionários.

S.S. – A vinculação do Inpa com o CNPq é mais ou menos recente?

W.K. – Não; desde o início, desde 1954 é vinculado ao CNPq. O Goeldi vinculou-se ao CNPq após 1955, se não me engano.

S.S. – O Goeldi hoje pertence ao Inpa ou é ... ?

W.K. – Eu sou diretor dos três: daqui, do Inpa e do Aripuanã. Agora, eu tenho um diretor em Aripuanã que é esse que vocês tiveram a oportunidade de ver. Tenho um diretor no Goeldi que é o dr. Sckaff. Os dois são excelentes.

M.B. – Já que o senhor falou em publicações, como é o problema de publicações de artigos de pesquisadores aqui do Instituto? Publica-se muito no exterior ou publica-se mais aqui?

W.K. – Eu tive uma guinada de 180 graus nesse negócio de publicações. Evidentemente, quando eu não tinha idéias próprias, achava, como a maioria dos pesquisadores brasileiros, - que, normalmente, é vendida ao imperialismo internacional – que se devia publicar numa revista estrangeira. Mas, agora, eu pergunto: quem está pagando às instituições oficiais de pesquisa e ensino? É o Governo. Bem, o Governo vive de impostos e vive de inflação. Ele não faz inflação porque quer; o faz para pagar. Muito bem. Tanto os impostos sobre os alimentos e roupas como a inflação caem uniformemente sobre toda a

população. Logo a pessoa contribui inversamente proporcional ao salário; logo as instituições de pesquisa e ensino devem uma fábula ao operário, ao lavrador, ao caboclo, ao bóia-fria, muito mais do que ao Matarazzo, do que aos reis da prata, da terra para quem a inflação e o imposto sobre alimentos e roupas significam muito pouco. Então, acho que temos uma dívida muito grande com a classe média para baixo, muito grande mesmo, e não se pode ignorar isto. Esta é um argumento. O segundo argumento, é que os ingleses, desde Whitehead, e todos os países escandinavos têm por norma, é que não se deve permitir que haja uma brecha de conhecimento – eles chamam de GAP – entre o povo e os cientistas, entre o mais burro do país até o mais sábio, mais inteligente. Temos que preencher esta brecha porque quando vier um programa popular – e todo o país está arriscado a uma coisa dessas – há possibilidade desse povo pagar pela pesquisa que deveria estar voltada para ele mesmo. Para que isso não ocorra, pesquisadores com espírito social avançado devem se preocupar em fazer a pesquisa beneficiando especialmente a população. Uma das maneiras de se fazer o benefício da população é publicar os resultados dessa pesquisa numa língua que ele entenda. E essa língua chama-se português; não é tupi-guarani, nem inglês, nem alemão. Então, estamos exigindo uma maior contribuição dos nossos pesquisadores em português e, inclusive, estamos estudando a tradução de Amazoniana, uma das mais lindas contribuições para liminologia dos lagos e rios da Amazona, pois 50% está em alemão. São agora obrigados a publicar em português, sendo que damos permissão de publicar, simultaneamente, num outro jornal, numa outra revista. A nossa revista é de excepcional qualidade.

Vou lhes mostrar a última “Ata Amazônica”. A penúltima é aquela que eu disse que traz o projeto Aripuanã. Eu lhes dei o suplemento, mas vou lhes mostrar a...

[INTERRUPÇÃO]

Isso aqui é lá no meio do mato. De vez em quando a gente acorda e está cheio de...

[INTERRUPÇÃO]

S.S. – Qual tem sido o efeito dessa publicação em português? A revista é lida e tem muito sucesso?

W.K. – Não só tem sido muito lida, como têm sido comentados vários artigos nos jornais nacionais. Isto aqui foi altamente comentado. Cada artigo que tem aqui saiu um dia num programa de televisão em Cuiabá. Só para mostrar como realmente é importante. Isto aqui é a capa da cartilha do Amazonas porque uma das nossas divisões chama-se Divisões de Projetos Especiais. È um problema para o povo do Amazonas. Não há nenhum laboratório que possa fazer isso. Mas nós montamos o laboratório e executamos o programa e, depois, dissolve-se o laboratório. Nós fizemos isso com a cartilha. Trouxemos a Geraldina Porto Rico, e, eu e o Osório, trabalhando dia e noite, aqui, produzimos uma cartilha. Ela tem detalhes muito interessantes. Por que saiu nesta página comemorativa? Porque nesse mês ela foi adotada como a cartilha para o Amazonas. O primeiro Estado a adotar isto foi... Muito interessante, para dar a vocês a idéia... em vez de ter estas frases bestas, as frases são desse tipo. Essa aqui tem duas missões sobre conhecimentos científicos observacional e experimental.

S.S. – Essa política de publicação não corre o risco de isolamento em relação a contatos internacionais?

W.K. – De jeito nenhum. Primeiro, vem um resumo em inglês; segundo, somos a instituição do Brasil com maior número de estrangeiros. Temos exatamente o que a lei nos permite ter: um terço.

M.B. – Como é que eles são recrutados?

W.K. – Isso é facílimo. Não tem problema nenhum.

M.B. – Que critérios vocês usam?

W.K. – Se eu preciso de um sujeito, exijo que ele aprenda português, em seis meses.

Eu pago nas mesmas condições que aos pesquisadores brasileiros e um contrato mínimo de dois anos. Antes de dois anos, inclusive, não pago a viagem de volta. Aliás, não pago nunca a viagem de volta. O brasileiro aqui não tem viagem de volta. Se o estrangeiro tivesse o brasileiro poderia dizer: preferia ser tratado como estrangeiro. Então, eu digo: vem que eu te pago quarenta dólares por dia. Não pago viagem de ida nem de volta. Às vezes, posso pagar de ida e volta, mais quarenta dólares por dia. Então, vai ganhar 1.200 dólares por mês, que não dá nem vinte mil cruzeiros.

S.S. – E com esse sistema o senhor tem conseguido gente de boa qualidade?

W.K. – Excelente qualidade. Eles mesmos pedem para fazer estágio, e, depois, querem ficar. Se vemos que são bons podem ficar.

S.S. – Podem vir por conta própria, por bolsa. Há interesse internacional em torno do Inpa?

W.K. – Claro; enorme. Dezessete mil quinhentos cruzeiros é o que eles podem ganhar. Isto doze vezes por ano. No entanto, o recém-formado ganhará conosco o mínimo de quatorze salários de vinte e três mil e cem cruzeiros. Dá uma diferença de cinco mil e seiscentos cruzeiros, quatorze ordenados por ano. Então, esses cinco mil e seiscentos cruzeiros ao fim de um ano significam setenta e oito mil e quatrocentos cruzeiros, e, ao fim de um ano, ele já pode pagar a viagem de ida e volta, tranqüilo, se ele economizar isso. O americano é espetacular para essas coisas. Ele quer saber quanto ganha por ano; não interessa por mês, ao contrário do nosso: “quanto ganha por mês?”. A instabilidade da situação econômica faz a gente viver...

S.S. – Por que disse que a situação do Inpa é tão má?

W.K. – É má porque tem esses contratos aí. É como se fosse um navio cheio de marinheiros, pronto para zarpar, mas que não tem gasolina. Aquelas ciências que independem de dinheiro como a Ecologia, Botânica vão indo bem. A Entomologia que depende de alfinete entomológico vai indo mal.

S.S. – O problema de importação está afetando muito?

W.K. – Não. Para mim, tenho 300 dólares sem gastar.

M.B. – Há o problema de equipamento como necessidade muito forte, ou há possibilidade de se trabalhar numa ciência barata?

W.K. – É possível se trabalhar de forma barata e de forma cara. Muitas vezes, porém, uma pesquisa de forma barata não vai resolver seu problema. As pesquisas agronômicas, por exemplo, são pesquisas caras. Para limpar um hectare de terra gasto vinte e dois mil cruzeiros. Como vou pagar, se não tenho?

S.S. – Essa é uma situação, talvez, conjuntural do momento financeiro do Conselho.

W.K. – É. Estamos bem apertados. Há órgãos que estão ajudando o Inpa porque reconheceram nele um bom investimento, seriedade, entusiasmo, trabalho. Não conheço outro grupo no Brasil... Eu sou paulista e muito orgulhoso disso. Em 1932 saí chorando da sala de aula porque a professora me mandou fazer um mapa de São Paulo e eu fiz um mapa pegando o Amazonas todo. Fiz tudo direitinho, só o tamanho dele... Quando ela reduziu ao tamanho verdadeiro eu a chamei de traidora dos ideais da Revolução Constitucionalista. A professora pensou que eu fosse louco.

Eu acho que não tem nem em São Paulo nenhum instituto que se compare a esse, atualmente.

Vou receber a Escola Superior de Guerra Naval. Ninguém foi avisado. Eu quero que eles peguem e cortem o que nós estamos fazendo. Inclusive é uma oportunidade que vejo de dar uma percorrida de alto a baixo; do pessoal saber, realmente, o que estão fazendo.

S.S. – O projeto Aripuanã teve uma história conturbada antes de vir ao Inpa. O senhor poderia falar um pouco disso?

W.K. – O projeto Aripuanã tem uma boa revisão na introdução deste artigo, e foram suas idéias que fizeram a iniciação do projeto. Nós temos outro artigo, no segundo, sobre o que é o município de Aripuanã, como foi fundado, o que aconteceu, quais as principais tribos. E, aí, vem o projeto Aripuanã que descreve direitinho o Pedro Lomba, em 1972, fazendo um projeto de como ocupar racionalmente a Amazônia. Ele mostrou que faltava pesquisa para esse negócio, e quis construir uma cidade laboratório que respondesse aos reclamos dessa falta de pesquisa de ocupação da Amazônia. Eles fizeram a base física, mas, realmente, pararam numa parte muito importante, que é a parte de colocação de pessoal científico lá; e sem pesquisador não há pesquisa.

Logo que passou para minha mão pus todo o vapor: Mário como diretor, o Bueno como coordenador. E, agora, aumentando, estamos com onze pesquisadores. Um doutor e dois mestres estão tomando dados para fazer seu doutoramento. Os outros são engenheiros agrônomos, um químico e uma professora de Psicologia. Para que uma psicóloga? Porque ela é casada com um rapaz que estuda macaco. Então, está lá com o rapaz e resolveu fazer um trabalho interessante – "qual a pressão que uma população de 600 pessoas faz sobre a caça do lugar". Quanto bicho vai ser morto por causa daquilo. È espantosa a coisa. É um senhor estrago que 600 pessoas fazem.

S.S. – Essas 600 pessoas são de onde?

W.K. – É o número de pessoas que vivem em Aripuanã. Setenta delas são de nosso núcleo.

S.S. – Pessoas locais?

W.K. – 10% da população trabalha no núcleo, de uma maneira ou de outra. Temos muita dificuldade em fazer impacto sobre elas. Isso precisaria de um grupo da Acar trazendo as coisas que já fizemos e fazendo campanhas de roças, disso, daquilo, de horta.

S.S. – Em geral, o senhor conta com a Acar, com esse tipo de trabalho de expansão?

W.K. – Contamos bem. Acho uma excelente organização.

S.S. – Essa tem sido a experiência na Amazônia?

W.K. – Aqui no Amazonas tem sido. Não sei como é em Mato Grosso. São Paulo tem outro sistema, não tem Acar. Tudo em São Paulo é diferente.

M.B. – Esses pesquisadores do projeto Aripuanã eram originariamente de Manaus ou foram recrutados de outros lugares? Eram alunos daqui?

W.K. – Os três vieram de Jaboticabal porque o professor chefe é de lá e entusiasmou os bons elementos para irem para lá. Um é da Paraíba. Veio para cá num curso de Botânica, entusiasmou-se pelo projeto e foi para lá. Outro é um químico. Ele achou que havia vantagens econômicas e quis ir para lá, enquanto o garoto estivesse em idade mais tranqüila. Outro é zoólogo formado em Ribeirão Preto, mas é do Pará. Queria estudar macacos e eu o coloquei lá. Apareceu um suíço que queria estudar passarinho; coloquei-o lá, também. Quando vem um louco europeu dizendo: “onde posso ir”, pode garantir que esse louco não quer ficar no Rio de Janeiro nem em São Paulo. Não vai trocar Londres por São Paulo, uma poluição por outra, nem pelo Rio de Janeiro, que está cada vez mais louco. Fiquei tão triste na última vez que fui ao Rio de Janeiro! Está igual a São Paulo, cidade besta, se abestalhando, mas na unidade do tempo, porque há dois anos não era assim. Estão se apaulistificando, mas muito depressa; dão trombada um no outro, no meio da cidade, sem pedir desculpas, tudo olhando de cara feia, horrível. Aqui, ainda, a gente vive tranqüilo. A nossa preocupação é outra completamente diferente.

S.S. – Estava pensando em Brasília que é uma experiência onde as pessoas da Universidade sempre têm necessidade de viajar para o rio, de ter muito contato etc. Este problema, aqui, talvez, seja mais agudo ainda, ou não? A distância, ter que viajar?

W.K. – Eu viajo por conta própria. E como se vai viajar por conta própria? É caríssimo: sete mil cruzeiros para ir e voltar de São Paulo. No meu contrato reza que eu tenho seis períodos de cinco dias de férias e, as minhas férias, passo-as em Ribeirão Preto, onde vou ver meus filhos. Marco reunião com eles, lá. Vão todos para lá. Passo de segunda a domingo de lá; e no mesmo contrato reza que minha mulher deve vir para cá por conta do CNPq, uma vez em cada dois meses. Ela passa aqui comigo três a quatro semanas. Então, vamos tocando assim.

S.S. – O senhor não cortou os vínculos com Ribeirão Preto?

W.K. – Não só não cortei como há uma pressão muito forte para que eu volte para lá. Pressão dos professores da Universidade que não estão querendo que os professores de lá saiam em condicionamento, continuando a serem pagos pelo Governo do Estado. Eu sou pago pela Universidade de São Paulo. È uma colaboração da USP ao desenvolvimento do Norte. Como ela faz isso com organismos internacionais, o Governo achou que seria interessante que ela fizesse com órgão daqui. Ela concordou e fez. Então, está me mantendo aqui.

M.B. – Em relação ao curso de pós-graduação aqui, para onde vai a pessoa que se forma na pós-graduação? Continua trabalhando, vai para outros lugares, vai para iniciativas privadas?

W.K. – Primeiro, não se formou ninguém até agora. Aliás tem uma turma de mestres da primeira turma; três eram funcionários do Inpa. Eu contratei mais quatro aqui e uma em Belém. Dos onze, na realidade, ficaram oito aqui, mas voltaram para seus respectivos lugares. Pessoas de Mato Grosso e não sei de onde mais. Voltaram para as universidades onde eram professores.

O primeiro curso foi só de Botânica; agora é Botânica, Entomologia, Zoologia, Peixe e Pesca. Então, na nova leva, eu já contratei um par deles para ficar aqui.

M.B. – Essa é a política, então, deliberada da instituição de aproveitar os alunos?

W.K. – De aproveitar os melhores. É uma das coisas que quero. Outra coisa: eu queria que a Universidade aproveitasse alguns deles.

M.B. – Na Escola Luiz de Queiroz, em Ribeirão Preto, em Rio Claro isto era dessa forma também? Havia uma política deliberada de aproveitamento do pessoal formado?

W.K. – Não; lá não há essa política, pelo contrário. Já são informados, todos eles, de que os quadros estão fechados e de que não vão se ampliar, a não ser, muito ocasionalmente, um ou outro. Nós temos cinquenta alunos de pós-graduação em Genética, lá.

S.S. – Quais as relações sobre esse novo modelo da Universidade daqui? O que a Universidade tem com o Inpa, que área de contato?

W.K. – Nós temos um convênio exatamente para levar à frente esse curso de pós-graduação. Esse curso eu estou fazendo-o, agora. Mas isso é papel da Universidade. Então, estamos fazendo-o, enquanto a Universidade não tem professorado gabaritado para tal. O dia em que tiver, nós passamos a absorver somente a parte de pesquisa, de algumas delas, daquelas que puderem ser realizadas no Inpa.

S.S. – A Universidade tem alguma graduação ligada à área de Botânica ou Genética?

W.K. – Tem. E acho que as universidades do Norte vão aproveitar demais esse pessoal. Não só do Norte como do Sul, com grande conhecimento do Norte. Esse pessoal quando for para o Sul vai querer voltar aqui toda hora para continuar a pesquisa. Estamos, então, conhecendo, cada vez mais, dados sobre a bacia amazônica, que não se sabe em São Paulo. Eu sei, por exemplo, que chove sobre o Amazonas, sopra vento de Belém para Manaus trazendo água: que 45% da chuva vem do Oceano Atlântico, 5% vem do Pacífico e o restante vem da evaporação dos lagos, rios e das árvores. Uma chuva aqui chove três vezes antes de ir para o rio. Nada disso se sabe em São Paulo. Existem vinte e sete mil espécies de plantas na Amazônia, vinte mil no nosso herbário. Quantas

plantas há no estado de São Paulo? Não sabem por que destruíram antes de se estudar. É um negócio impressionante.

M.B. – Os pesquisadores daqui, todos eles, têm tempo integral?

W.K. – Os da Universidade não têm. Acontece que algumas pessoas que trabalham na Universidade e não têm laboratório, lá – e nós temos laboratórios que interessam a essas pessoas – elas vêm para cá e passam a estudar, aqui. Nós arrumamos uma bolsa para elas desde que elas dêem vinte e cinco horas de serviços semanais. Elas estão querendo trabalhar até de graça; mas eu exijo vinte e cinco horas semanais para ter um compromisso de que não vou perder material de consumo e de que, de repente, elas digam: vamos embora. Se vão embora, eu paro de pagar. E os cinco mil, nos quais estavam fazendo uma fezinha começam a fazer falta. Então, nunca vai querer, de jeito nenhum...

M.B. – E o pessoal de tempo integral tem controle, ponto, essas coisas?

W.K. – Nós temos ponto para o pessoal recém-formado até nível de mestre. Até nível de mestre, eu devo ter relacionado aqueles que são os melhores. Então, para que continuar com esse tipo de fiscalização? Eu já larguei uma vez, e disse: nenhum pesquisador deve bater ponto. Foi incrível. Naquela semana a freqüência desse pessoal, nos laboratórios, foi muito deficiente. Um deles falou para mim que estava procurando lugar para fazer outro trabalho na cidade porque agora ele não precisava mais vir em tempo integral. Então, voltou à estaca zero. No dia seguinte à estaca zero, quando tive esta conversa.

Eu sou maníaco por trabalho. Acho que não pode se desembaraçar até que ele tenha aquele amor pelo serviço: até que ele vista a camisa, como dizemos aqui, e faça o gol do mesmo lado. Leva, mais ou menos, um ou dois anos o tempo de mestrado. Então, só quando mestre é que não tem que bater ponto. E não damos direito garantido ao mestre, logo de início. Ele trabalha com ponto uns dois meses, e, aí, a gente vê se ele é um homem trabalhador para poder retirar dele esse direito. Ao pessoal de doutoramento não fazemos proibições.

M.B. – Em relação às linhas de pesquisas que o Instituto desenvolve, há linhas prioritárias, em termos, por exemplo, de alocação de recursos? Como se faz a distribuição de recursos?

W.K. – Há sim.

S.S. – Quais as primeiras linhas?

[INTERRUPÇÃO]

W.K. – Vem agora a Escola Superior de Guerra Naval.

S.S. – Isto deve ser uma área natural de interesse?

W.K. – É evidente. Tem que ser uma área natural de interesse. Primeiro, interesse de uma floresta que é difícil de ser entendida: a fauna, a flora, os mistérios, os índios. Tudo é muito interessante.

S.S. – O senhor falou da devastação de São Paulo. Como está este problema de devastação da Amazônia e o que o Inpa pode fazer em relação a isto?

W.K. – Nós estamos estudando as sucessões, o que acontece à hora que não tem floresta, com o solo; o que acontece com a flora à hora em que a gente tira essa floresta? À hora em que substituímos por grama, à hora que queimamos. Então, é seguida com a micro-flora, dia a dia, no começo, e, depois, mês a mês, e, pouco depois, de ano a ano. Temos dados fantásticos feitos pelo dr. Schubert. É de tirar o chapéu. O homem é realmente muito bom.

M.B. – Com relação às linhas de pesquisas, em andamento, aos projetos dentro dessas linhas, existe algum tipo de cronograma geral de instituição de controle disso ou cada projeto se auto-controla?

W.K. – Existe um controle geral, exercido aqui por uma Gerência de Finanças, pelo dr. Ricardo Burlamaque. Esse a quem telefonei agora, e com quem estava falando,

enquanto vocês estavam esperando. Estávamos conversando sobre como estava o projeto dele.

S.S. – O pesquisador pode planejar etapas do projeto, desse tipo. Existe segurança?

W.K. – Não muita segurança. A gente pode planejar, especialmente, se teve uma base anterior. Com ela dá para planejar bem direitinho.

S.S. – O senhor falava sobre a devastação; que há pesquisas sobre a parte anterior à devastação, acompanhando, vendo efeito etc. O senhor acha que isso pode chegar a ser fácil de parar, ou orientar de uma maneira...?

W.K. – A gente pode mostrar para o Governo as deficiências de uma política de ocupação da Amazônia que promova uma queimada indiscriminada. Não somos puristas de querer manter a floresta intacta. Acho que até a lei do Governo de 50% é muito boa, especialmente se a gente pode localizar esses 50% em áreas nos topos dos morros, que, aqui, são os lugares que têm menos erosão. Isso seria interessante. Outra coisa é que a gente pode estudar várzea. Eu acho muito ruim nosso sistema de posse de terra, muito ruim mesmo. Veja, por exemplo: entre Belém e São Luiz, segundo informações que temos, apenas 10% tem, ainda, mata virgem. O resto foi derrubado. A idéia é colocar, nessas áreas, já derrubadas, novas áreas de pasto, de plantio de dendê, guaraná etc. Então, vamos ocupar aquelas áreas de maneira correta para que não se degrade, antes de estar derrubando novas coisas. E o que estamos vendo é uma derrubada inqualificável. De ágora para dezembro vamos ter aí mais queimadas, o tempo todo. No dia em que eu vim de avião vi muita queimada. A gente olha para baixo está uma aqui, outra ali, outra lá.

S.S. – Não tem mecanismos para controlar isso?

W.K. – Não tem não.

[INTERRUPÇÃO]

M.B. – Membro da Sociedade de Genética, também de Botânica, membro da SBPC?

W.K. – Sou membro da Sociedade de Botânica e fui presidente da Sociedade Brasileira de Genética. Sou membro titular da Academia Brasileira de Progresso da Ciência. Ganhei o Prêmio Nacional de Genética de André Dreyfus, em 1956, e o Prêmio Nacional de Genética Catarina Prodócimo, em julho de 1963, e, de julho de 1964 até 1966, é que fui presidente da Sociedade Brasileira de Genética.

S.S. – Essa Sociedade, o que ela faz?

W.K. – Promove reuniões entre os pesquisadores e congressos e simpósios científicos.

Na Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência fui eleito, em julho de 1969 até 1973. Fui reeleito em 1971, por dois anos. Ganhei também a Medalha do Jubileu de Prata da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência, em agosto de 1974. Sou membro do Comitê Internacional de Genética Mundial. Isso são algumas das coisas da...

M.B. – Como o senhor vê o papel dessas associações brasileiras? O senhor falou um pouco para nós, antes, da diferença do papel da SBPC e da Academia. Como o senhor vê o papel das academias de São Paulo, agora?

W.K. – A Academia de São Paulo, da qual sou membro fundador, padece do mesmo defeito de uma Academia como a de Ciências, porque, por exemplo, até hoje, Ernesto Paterniani não é membro da Academia Brasileira de Ciências, e ele é, seguramente, o maior geneticista vegetal da América Latina. Melhor geneticista, pelo menos do que 80% dos geneticistas que estão dentro da Academia.

[FIM DA FITA 3-A]

W.K. – É feita por eleição. O nome é proposto por uma comissão e votado pelos sócios; porém, gradualmente, a gente forma uma panela, e, só são eleitos os

elementos que a gente conhece. Pouca gente conhece Ernesto Paterniani porque ele trabalha no interior de São Paulo, publica em livros diferentes dos das outras pessoas. Por isso não é considerado. O William Rodrigues que é um dos melhores botânicos brasileiros também nunca foi considerado nem para sócio associado. São essas coisas que fazem com que a Academia seja não representativa. Representa um grupo escolhido por um outro grupo que decidiu formar uma Sociedade. Como é fechada, nunca vai poder ser modificada; a não ser com intervenção.

S.S. – Que tipo de atividade ela faz além da revista?

W.K. – Ela promove reuniões, mas, também, muito restritas. A gente pode ser membro da de São Paulo e de outras. Elas têm sua função, mas são formadas por medalhões; e, num certo momento, o medalhão pode resolver um problema sério da ciência. Acho que todas essas organizações são boas por estarem reunindo pesquisadores, professores de alta categoria.

Louvado seja Jesus Cristo.

S.S. – Eu queria tomar a questão que o senhor comentou, quando estávamos saindo, a das árvores pintadas de branco, de que ela devia ser uma questão de algum agrônomo.

W.K. – Descobri que era um agrônomo. Mas eu falei por piada, pois o agrônomo tem menos mentalidade ecológica. Os ecologistas estão bravos porque com isso as árvores que estão pintadas, de certa maneira, saíram do padrão natural. O nego pode achar muito bonitinho, mas é horroroso de feio, e não se pode mais estudá-las, embora estejam cheias de bicho nos seus troncos; bichos esses que deveriam ser estudados. Hoje, as árvores pintadas estão fora desse estudo, completamente.

S.S. – Eu estou querendo pegar isso mais amplamente. Isso quer dizer que para o senhor a própria profissão de agrônomo é uma profissão ultrapassada?

W.K. – Não; eu sou agrônomo. Não é ultrapassada, mas como poucas escolas de Agronomia têm cadeiras, como a de Ecologia, o entendimento do agrônomo para problemas ecológicos é menor do que o do biólogo; pelo menos, nos lugares que eu conheço, razoavelmente bem.

S.S – Eu tinha a idéia de que a formação mais tradicional na área de Agricultura era a do agrônomo, e, mais recentemente, essa própria experiência reflete uma formação muito mais do tipo de Genética na área de Botânica, na área de Ecologia e que foge ao estilo tradicional de formação de aluno.

W.K. – Se a gente for pegar o estilo tradicional, sim. Mas, não há necessidade nenhuma; especialmente, num país novo como o nosso, em que um estilo tradicional não condiz com a realidade presente.

S.S. – Mas temos escolas tradicionais, como o Instituto Agronômico de Campinas, a própria Escola Luiz de Queiroz e de Viçosa, também.

W.K. – E a gente tem probleminhas adequados aos problemas ecológicos. Por isso eu falei brincando: agarra, segura o sujeito, toma-lhe a brocha, se não ele sai pintando tudo.

S.S. – A Escola de Viçosa é importante?

W.K. – Muito importante e muito boa também. Viçosa, Curitiba, Porto Alegre, Piracicaba, Jaboticabal, Campinas, Botucatu.

S.S. – O senhor tinha mencionado, também, no começo, a Embrapa.

W.K. – A Embrapa é um órgão de pesquisa agro-pecuário. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-Pecuária tem sede em Brasília e promove, de várias maneiras, a pesquisa agronômica.

S.S. – A Embrapa tem instituto próprio?

W.K. – Tem vários institutos próprios, inclusive, aqui tem dois. Acho que um o nome é Embrapa, mesmo Cepatur é o outro, que é o Centro Nacional de Seringueiras. Muito interessante: funciona muito bem, mas tem pouca gente, cinco ou seis na Seringueira e dez ou doze na outra. Não chegam a vinte pesquisadores, as duas juntas.

S.S. – Em termos nacionais ele é bastante grande?

W.K. – Em termos nacionais sim. Mas eu gostaria que daqui fosse maior. Nós colaboramos muito bem com o pessoal da Embrapa. Aqui e em Belém. Nós nos damos muito bem, e procuramos não trabalhar em assuntos em que o outro está trabalhando.

M.B. – Eu queria voltar um pouquinho para Rio Claro e Ribeirão Preto. Havia um intercâmbio forte com a vinda de professores estrangeiros para essas duas faculdades, além de outras instituições do Brasil?

W.K. – Das instituições do Brasil foi cem por cento; foi total na formação inicial. E, gradualmente, foram usando os bons elementos formados, ali, na própria instituição.

M.B. – Também tinham a política de mandar alunos para o exterior, depois do doutoramento?

W.K. – Sim; não só em Ribeirão, mas em Piracicaba. Acho que foi todo mundo. Isto é natural e normal.

[INTERRUPÇÃO]

Isto aqui é o dinheiro, conforme foi pedido por nós, no fim de 1976 para o ano de 1977. Aqui, depois, eles dividiram em duas partes: uma que eles deram – verba 24 – que é assegurada: e outra que ficou faltando, embora eles saibam que precisamos dela. Puseram aqui como não asseguradas.

O que aconteceu aqui é o que o pesquisador pediu. Só que o pesquisador pediu, antes de entrar, aqui; e tem que passar por mim. Então, eu vejo qual seu desempenho no ano anterior, o que andou publicando, fazendo etc. Isso dá condições para eu dizer: “Não, isto está muito cheio. O Inpa não vai gastar tanto em sua pesquisa; ou então, dizer que está, até, pouco. A maioria está ótima. Destes 203, entre o Inpa daqui e o Inpa de Belém, faz um total de 69 projetos, ao todo.

S.S. – É quase um por pesquisador?

W.K. – Não, é mais de um por pesquisador, mas cada um tem três ou quatro pesquisadores montados no projeto. Fazemos muita questão de interdisciplinaridade, aqui. Foi inclusive uma filosofia do Paulo de Almeida Machado, e que a acho muito boa.

Temos o grupo de Ecologia, Agricultura e Ciências Médicas combinado numa pesquisa. Temos Ciências Médicas combinando com Agricultura. Tecnologia, Ciências Médicas e Agricultura noutra, e, assim , por diante.

S.S. – Existem projetos que são gerados de fora para dentro de instituições ou de órgãos que chegam aqui e pedem coisas?

W.K. – Tem também pedidos de análises, em razão de muita gente não poder fazer e nós podermos. A Polícia nos procura porque alguém foi preso com negócio que parece maconha. Será maconha? A gente mistura um pouco na água, põe debaixo do microscópio e vê, imediatamente, se é ou não maconha.

Eu fiz anotações no livro e devolvi a uma biblioteca e ela me mandou uma carta: “O senhor não sabe quanto as suas anotações valorizam os nossos livros. Todavia, é proibido fazer isso. Pediríamos que o senhor não o fizesse mais”. Nunca vi tanta delicadeza.

S.S. – O senhor estava falando nestas pesquisas que são solicitadas.

W.K. – Nós temos pesquisa de dentro e pesquisas geradas de fora, direta ou indiretamente. Exemplo de uma gerada diretamente: os pecuaristas pediram que fizéssemos uma pesquisa identificando quais as plantas que são tóxicas para o gado, pois estão perdendo muito gado, aqui. Nós fizemos, na última das viagens. Inclusive foi totalmente paga pelos pecuaristas. É um dos projetos especiais.

S.S. – E pode cobrar pelos serviços?

W.K. – Não; não deveria cobrar.

S.S. – Mas tem condições?

W.K. – Não, mas a última foi paga porque não tínhamos mais dinheiro para a viagem. Então, eu falei: "Se vocês derem trinta mil litros de diesel eu vou; se não, não".

Outra coisa é a água do aeroporto. Nós estamos fazendo análise da água da própria cidade em vários pontos. Como publicação vai dar uma nota de meia dúzia de páginas, e o trabalho é de três anos. Vamos ver como a análise do tratamento da água está influenciando e produzindo que tipo de água no consumidor. Estamos fazendo esta pesquisa, aqui, porque é importante para a metade da população do Amazonas, que é de Manaus.

Estamos realizando outra pesquisa sobre uma água horrorosa, que deixa o cabelo pixaim, difícil de pentear. Eu queria tratar a água para isso não acontecer, e verificar uma outra fonte de água em que isto não ocorra. Verificamos uma coisa muito interessante: o estado de saúde das crianças que utilizam aquela água é melhor do que da criançada de outros lugares. Verificamos que o sal que provoca essa reação no cabelo é ferro, e é o que está salvando a cidade de um estado nutricional pior. Vamos, então, deixar, assim, o cabelo. Conversamos sobre isso com o prefeito, e ele ficou até satisfeito em saber que é assim. Disse que só tinha que falar para seu povo, para o eleitorado sobre o que acontece para evitar perder a eleição, por dar

uma água estragada para ele. Muita gente fala que é água estragada. “Agora eu falo que é água ferrosa que faz a criança ficar poderosa, e pronto”.

Outra pesquisa de fora é de Agricultura. Várias sementes são pedidas pela própria Secretaria da Produção Rural. E a cidade toda está ávida de mudas de frutas da Amazônia. O senhor já reparou que aqui tem banana, maçã, pêra?

S.S. – No restaurante a que fomos só havia frutas em compota.

W.K. – E nem daqui são. São do Sul. Se ainda pegassem em São Vicente! Vou dar uma sugestão para eles: “Vão a São Vicente de Belém, pois são muito gostosos os enlatados de lá”.

Temos também diversas solicitações de pesquisa, às quais não podemos atender. A do aeroporto tivemos que parar. Não houve possibilidade de continuar por não termos dinheiro para material de consumo, assim como gasolina para irmos lá buscar material. Realmente é um negócio horroroso; mas está acontecendo. Há uma máquina aqui em Manaus que gasta cinco mil litros de diesel por hora. Uma máquina da CEM – Companhia de Eletricidade de Manaus – que faz eletricidade para a cidade. E toda a minha quota é de vinte mil litros de diesel por ano, com quatro horas de rodagem da máquina. Esta restrição de quota para mim significa um atraso nas pesquisas do país.

S.S. – Essa decisão de restringir a quota é uma decisão federal para todas as esferas; ela veio em nível mais alto do Governo ou do nível do CNPq? Como é isso?

W.K. – É do Ministério (?). Eu não creio que seja efetiva. Estávamos conversando sobre isto, hoje. Se puderem reservar vinte por cento das estradas de toda a cidade para bicicletas, nós já vamos dar... Se deixar apenas vinte por cento das ruas das cidades para automóveis e o restante para cavalinhos e bicicletas, então entra a fase de racionamento; estamos em guerra. Estamos, realmente, querendo vencer a coisa. Isso pode ser gradativo; daqui a um mês, três meses etc. Até o fim do ano está tudo racionado, tudo direitinho. Isso é idéia de quem quer resolver o problema. Ficar empalhando um racionamento que já

deixou de ser eficiente... A racionalização já está...

S.S. – Com tudo isso, como o senhor vê a perspectiva do desenvolvimento do Inpa, daqui para frente?

W.K. – Daqui para frente, se continuar como em 1977, vejo muito mal. Mas não creio; sou otimista. Creio que daqui a pouco o pessoal vai reconhecer que isto aqui é ótimo. Então, vai bater a opinião deles com a minha. E se vai poder, realmente, fazer a coisa.

[FIM DA FITA 3-B]